



Estado do Tocantins

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA

CNPJ: 74.062.332/0001-37

**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE: 002/2024****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 002/2024**

**CONTRATANTE:** A **CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 74.062.332/0001-37, com sede na Rua Paraíso, s/n, Setor Bela Vista, Caseara -TO, CEP: 77.680-000, Tel. 63) 3379-1133, representada por seu Presidente o Ver. Gerivaldo Pereira Lopes, brasileiro, solteiro, portador do RG: 842477 SSP/TO, e do CPF: 014.108.551-71, residente e domiciliado na Avenida Tocantins, s/n, Quadra 17, Lote 02, na cidade de Caseara -TO, CEP: 77.680-000.

**CONTRATADA:** **DBS CONTABILIDADE LTDA**, sociedade empresaria limitada, inscrita com o numero de CNPJ, 34.272.374/0001-88, com sede na Av. Adelaide Vasconcelos, s/n, Setor Bela Vista, Caseara - TO, CEP: 77.680-000, neste ato representada por seu representante legal o Sr. **DALCI BERNADO DA SILVA**, portador do CPF: 853.333.521-00, resolvem celebrar o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL.

O presente contrato fundamenta-se no art. Art. 74, Inciso III, alínea “c” da lei 14.133/2021, e alterações posteriores.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO.

2.1 O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, COMPREENDENDO A SUPERVISÃO FECHAMENTO DE BALANCETES MENSIS E ELABORAÇÃO DOS ANEXOS DA LEI 4.320 E DA LRF E FECHAMENTO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS, REFERENTE AOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024, COMO TAMBÉM A ELABORAÇÃO DO BALANÇO ORDENADOR DO EXERCÍCIO DE 2024 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA-TO.**

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

3.1 O **CONTRATADO** obriga-se a executar os serviços em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo **CONTRATANTE**.

3.2 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de serviços que se fizerem necessários, até os limites previstos no Art. 125 da Lei 14.133/2021, inclusive quanto aos valores, tendo como base o valor inicial do contrato, mediante celebração de termo aditivo, sempre precedido de justificativa técnica por parte do **CONTRATANTE**.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

4.1 Fornecer todas as informações necessárias à realização dos serviços, inclusive especificando os detalhes e a forma de como eles deve ser entregues;



Estado do Tocantins  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA

CNPJ: 74.062.332/0001-37

**4.1.1** Efetuar o pagamento das notas fiscais faturas, nas datas e nos termos definidos neste contrato, após as mesmas serem conferidas e atestadas.

**5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO/PRORROGAÇÃO.**

**5.1** O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses, iniciando-se em 09 de janeiro de 2024.

**5.2** AO **CONTRATADO** será facultado pedir a prorrogação do prazo, somente quando ocorrer interrupção dos serviços determinados por um dos seguintes elementos:

- a) Alteração de data do Evento, quando a decisão couber ao **CONTRATANTE**;
- b) Ordem escrita do titular do **CONTRATANTE**, para restringir, ou paralisar os serviços de interesse da Administração;

**5.3** Nos casos acima mencionados, o requerimento da prorrogação deverá ser protocolado em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data do evento alegado como causa do atraso.

**5.4** Este contrato poderá ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, quando de interesse do **CONTRATADO**, com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, suficientemente justificado e aprovado pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal.

**6. CLÁUSULA SEXTA – VALOR E FORMA DE PAGAMENTO.**

**6.1** Pelos serviços prestados serão pagos à contratada o valor total de **R\$ 72.150,00** (setenta e dois mil, cento e cinquenta reais), divididos em 12 (doze) parcelas iguais e mensais no valor de **R\$ 5.550,00** (cinco mil, quinhentos e cinquenta reais) a serem pagos até o último dia útil de cada mês após a prestação dos serviços e o valor de **R\$ 5.550,00** (cinco mil, quinhentos e cinquenta reais) pago em uma única parcela a ser pago até o último dia útil do mês de dezembro após a prestação dos serviços ou conforme disponibilidade financeira da Contratante.

**6.2** Fica expressamente estabelecido que dos preços contratados incluem todos os custos diretos e indiretos para a completa execução dos serviços.

**6.3** Acréscimo de serviços ao contrato original, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), de acordo Artigo 125 da Lei 14.133/2021.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

**7.1** As despesas decorrentes do presente contrato acorrerão por conta da seguinte dotação:





Estado do Tocantins

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA

CNPJ: 74.062.332/0001-37

DOTAÇÃO	NATUREZA	FONTE
01.01.01.031.0001.2.001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	3.3.90.35 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	150.000.00 RECURSOS PRÓPRIOS

## 8. CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES.

**8.1** Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o **CONTRATANTE** poderá sujeitar ao **CONTRATADO** às seguintes penalidades:

**a)** Multa de 02% (dois por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;

**b)** Multa de 02% (dois por cento) do valor correspondente à parte contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;

**c)** Multa de 0,2% (dois por cento) por dia, no caso de inexecução diária do objeto deste contrato, até o máximo de (30) trinta dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;

**d)** Suspensão temporária de direito de contratar com a **Câmara Municipal de Caseara-TO**, pelo prazo que for fixado pela Administração, em função da natureza e da gravidade da falta cometida;

**e)** Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, considerando, para tanto, reincidências de faltas, sua natureza e gravidade.

**8.2** As multas aplicadas serão descontadas do primeiro pagamento devido pela **CONTRATANTE** ou, não sendo possível deverão ser recolhidas pelo **CONTRATADO** em até 30 (trinta) dias, contados da intimação, sob pena de inscrição na Dívida Ativa para cobrança judicial.

**8.3** A aplicação das multas independe de qualquer interpelação administrativa ou judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

**8.4** As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo.

**8.5** O **CONTRATADO** será cientificado, por escrito, da multa aplicada, ficando com o prazo de 10 (dez) dias úteis para se desejar, recorrer ao Setor Competente.

## 9. CLÁUSULA NONA – RESCISÃO DO CONTRATO.

**9.1** Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo **CONTRATANTE**, ou bilateralmente, mas sempre atendida a conveniência administrativa do Serviço Público.

**9.2** A critério do **CONTRATANTE**, caberá a rescisão do contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando ocorrer falência e/ou concordata do **CONTRATADO** ou ainda quando este:

I - Não cumprir quaisquer de suas obrigações contratuais;

II- Transferir, no todo ou em parte, os serviços, sem prévia autorização do **CONTRATANTE**;



Estado do Tocantins

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA

CNPJ: 74.062.332/0001-37

**9.3** Na hipótese do item I desta cláusula, ao **CONTRATANTE** caberá receber o valor dos serviços já executados.

**9.4** Ocorrendo rescisão por um dos incisos elencados no item **9.2**, o **CONTRATANTE** poderá responder por perdas e danos cobrados administrativamente ou judicialmente.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – TRIBUTOS E SEGUROS.**

**10.1** É da inteira responsabilidade do **CONTRATADO** os ônus tributários e encargos resultantes deste Contrato, inclusive os decorrentes da legislação trabalhista e da Previdência Social.

**10.2** Em caso algum, o **CONTRATANTE** pagará indenização ao **CONTRATADO** por encargos resultantes da legislação trabalhista e da Previdência Social, oriundo de contratos entre a mesma e seus empregados.

**10.3** O **CONTRATADO** é responsável pelo seguro de seu pessoal e de seu equipamento.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO.**

**11.1** As partes elegem o foro de Araguacema – TO, para dirimir quaisquer dúvidas oriunda do presente instrumento contratual, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS.**

**12.1** Reger-se-á o presente Contrato, no que for omissivo, pelas disposições constantes na Lei nº 10.406/2002, c/c a Lei 14.133/2021, e alterações posteriores, como faculta o Art. 95 da Lei 14.133/2021.

**12.2** Fica expressamente vedada à vinculação deste Contrato em operação de qualquer natureza que o **CONTRATADO** tenha ou venha assumir.

**12.3** Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, elegem as partes como foro, a Comarca de Araguacema/TO, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, assinam este Contrato os representantes das partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Caseara – TO, aos 09 de janeiro de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
**GERIVALDO PEREIRA LOPES**  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA/TO  
CNPJ sob o nº 74.062.332/0001-37  
**CONTRATANTE**

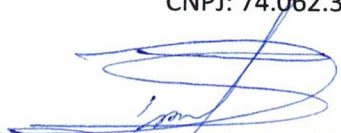


Estado do Tocantins

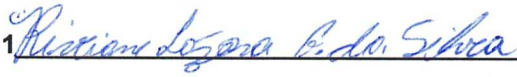
PODER LEGISLATIVO

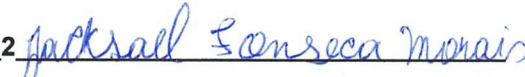
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA

CNPJ: 74.062.332/0001-37

  
DBS CONTABILIDADE LTDA  
DALCI BERNADO DA SILVA – Rep. Legal da contratada  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1   
CPF: 067.691.491-84

2   
CPF: 305.975.285-60